



CARTÓRIO DA PGJ

EDITAL SEI Nº 16/2018/CARPGJ

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
XXII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS PARA O
CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais torna pública a convocação para as Provas Orais e sorteios públicos, apresentação dos títulos e outras informações, conforme segue:

1. Ficam, desde já, **CONVOCADOS os candidatos habilitados conforme Edital SEI nº 015/2018-CARPGJ**, publicado em 09/04/2018, para as Provas Orais a se realizarem nos dias 20 e 21 de maio de 2018, bem como para os sorteios públicos nos dias 19 e 20 de maio de 2018, no **Prédio 6 do Instituto Luterano de Ensino Superior – ILES/ULBRA, situado na rua João Goulart, nº 666, bairro Mato Grosso, em Porto Velho/RO.**

1.1. Os candidatos deverão comparecer com 30 (trinta) minutos de antecedência do horário estabelecido para realização da prova, conforme cronograma abaixo, portando documento de identidade. Não deverão comparecer portando armas e/ou aparelhos eletrônicos. Não haverá realização da prova fora do horário e local estabelecidos e não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado.

1.2. As Provas Orais serão realizadas em sessão pública e registradas em gravação de áudio e vídeo ou por qualquer outro meio que possibilite a sua posterior reprodução. Versarão sobre ponto sorteado das disciplinas, conforme conteúdos constantes no Anexo Único deste Edital, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas. O sorteio da ordem de arguição das provas será realizado no dia 19 de maio de 2018, às 9 horas, franqueado ao público. Os sorteios terão o resultado publicado na Internet após sua realização. O sorteio dos pontos será realizado conforme tabela abaixo:

Sorteio dos pontos	Horário do sorteio dos pontos	Data da Prova Oral	Horário de início da Prova Oral
19/05/2018	9 horas	20/05/2018	9 horas
20/05/2018	9 horas	21/05/2018	9 horas

O sorteio dos pontos obedecerá à seguinte simulação:

Posição	CANDIDATO a ser sorteado	D.PENAL	PONTO DP	DPP	PONTO DPP	DPC	PONTO DPC	D.CIVIL	PONTO DC	D.CONST.	PONTO DC	D.CA	PONTO D.CRIANÇA E ADOLES.
1		9h		9h15min		9h30min		9h45min		10h		10h15min	
2		10h15min		9h		9h15min		9h30min		9h45min		10h	
3		10h		10h15min		9h		9h15min		9h30min		9h45min	
4		9h45min		10h		10h15min		9h		9h15min		9h30min	
5		9h30min		9h45min		10h		10h15min		9h		9h15min	
6		9h15min		9h30min		9h45min		10h		10h15min		9h	

1.3. Cada candidato será arguido por seis examinadores, referentes às disciplinas indicadas nas alíneas do item 8.1 do Edital nº 004/2017-PGJ/RO:

- Direito Penal;
- Direito Processual Penal;
- Direito Civil;
- Direito Processual Civil;
- Direito Constitucional;
- Direito da Criança e do Adolescente.

1.4. Os examinadores das respectivas disciplinas arguirão individualmente cada candidato e a resposta não poderá ultrapassar 15(quinze) minutos sobre o ponto sorteado.

1.5. O candidato que desejar obter a gravação de sua prova deverá, ao final de todas as provas realizadas no dia, ter em mãos mídia compatível (pen drive) para que o fiscal disponibilize a respectiva cópia. Cada candidato somente terá acesso à cópia de sua própria prova.

1.6. Cada examinador atribuirá ao candidato nota na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

1.7. Na avaliação das Provas Orais, serão considerados, além do conhecimento jurídico, as articulações de raciocínio, o emprego da linguagem técnico-jurídica e o uso correto do léxico, bem como a postura e dicção do candidato.

1.8. O candidato não habilitado nas provas orais será excluído do Concurso Público, bem como o candidato que não comparecer para a prestação desta prova.

1.9. Durante sua arguição, os candidatos poderão consultar a legislação, quando oferecida pelo examinador.

1.10. Embora franqueado ao público assistir às provas orais, o candidato que ainda não houver sido arguido não poderá assistir aos exames dos demais. A audiência estará limitada ao espaço disponível na sala.

1.11. Não será permitido, nem ao candidato, nem ao público, utilizar máquinas fotográficas, celulares, gravadores ou similares no ambiente de prova.

1.12. A relação dos pontos das disciplinas Direito Penal, Direito Processual Penal, Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito Constitucional e Direito da Criança e do Adolescente a serem sorteados nas Provas Orais, cujos conteúdos programáticos foram reagrupados, conforme a conexão entre os pontos e numerados para facilitar a realização do sorteio, encontra-se publicada no Anexo Único deste Edital.

2. Convocam-se os candidatos habilitados às provas orais a apresentarem os títulos no período de 20 e 21 de maio de 2018, no prédio 6 da ULBRA, na rua João Goulart, 666 em Porto Velho/RO, quando da realização das provas orais.

2.1. Após encerradas as provas orais não serão mais recebidos os títulos.

- 2.2. Só serão avaliados os títulos dos candidatos aprovados nas provas orais.
- 2.3. A avaliação dos títulos tem caráter classificatório e será valorada de zero (0) a dez (10) pontos, conforme tabela de pontuação e descrição dos documentos, constante do subitem 15.3 do Edital nº 004/2017-PGJ/RO.
- 2.4. Os documentos apresentados não serão devolvidos, em nenhuma hipótese, nem deles serão fornecidas cópias.
- 2.5. Os documentos comprobatórios de títulos não podem apresentar rasuras, emendas ou entrelinhas.
- 2.6. Serão aceitos títulos cujo término tenha se dado até a data de publicação do Edital nº 004/2017-PGJ/RO.
- 2.7. Demais informações sobre a avaliação dos títulos encontram-se estabelecidas no item XV – DA AVALIAÇÃO DOS TÍTULOS do Edital nº 004/2017-PGJ/RO.

3. Retifica-se o Anexo II, do Edital 012/2017-PGJ/RO substituindo a composição da Banca Examinadora da FMP para o XXII Concurso Público para provimento de vagas para o cargo de Promotor de Justiça Substituto do Estado de Rondônia para Handel Martins Dias como titular da disciplina de Direito Processual Civil e Mauren Guimarães Taborda como titular da disciplina de Direito Constitucional para as Provas Orais.

AIRTON PEDRO MARIN FILHO
Procurador-Geral de Justiça
Presidente da Comissão do Concurso

ANEXO ÚNICO
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA A PROVA ORAL

GRUPO I

a) DIREITO PENAL:

Ponto	Conteúdo
1	Princípios constitucionais penais. Fontes do Direito Penal. Conceito. Fontes formais e fontes materiais.
2	Teoria da norma penal: Conceito. Estrutura. Interpretação. Integração. Analogia. Norma penal em branco. Aplicação da lei penal. Princípio da legalidade e princípios decorrentes. Lei penal no tempo: <i>Novatio legis</i> incriminadora. <i>Abolitio criminis</i> . <i>Novatio legis in pejus</i> . <i>Novatio legis in melius</i> . Lei intermediária. Conjugação de leis. Leis temporárias e excepcionais. Retroatividade e lei penal em branco. Tempo do crime. Lei penal no espaço: Princípios de aplicação. Territorialidade. Lugar do crime. Extraterritorialidade. Conflito aparente de normas penais. Significado. Princípios regentes. Súmulas em matéria penal do STF e do STJ.
3	Teoria Geral do Crime: Conceitos de crime (formal, material, analítico). O crime na teoria geral do direito. Classificação dos crimes (materiais; formais e de mera conduta; instantâneos, permanentes e de efeitos permanentes; comissivos, omissivos puros e omissivos impróprios; simples, privilegiados e qualificados; de dano e de perigo; comuns, próprios e de mão própria; qualificados pelo resultado e preterdelosos; unissubjetivos e plurissubjetivos; unissubsistentes e plurissubsistentes; progressivos e progressão criminosa; habituais; de ação única e de ação múltipla; complexos). Tipo. Significado. Bem jurídico-penal. Funções. Tipos incriminadores e não incriminadores. Tipos dolosos e tipos culposos. Tipo e tipicidade. Conceito de tipicidade. Tipicidade formal e tipicidade material. Atipicidade. Princípios da adequação social, da insignificância e da intervenção mínima. Conduta punível: Teorias da conduta. Conceito, características e elementos da conduta penalmente relevante. Ação e omissão. Relevância penal da omissão. Caso fortuito e força maior. Sujeitos ativos e passivos da ação. A pessoa jurídica como sujeito ativo de crime. Resultado e nexo de causalidade: Significado de resultado. Relação de causalidade. Teoria da equivalência das condições ou equivalência dos antecedentes (<i>conditio sine qua non</i>). Causa superveniente. Teoria da imputação objetiva. Omissão como causa do resultado. Crime doloso: Teorias sobre o dolo. Conceitos e elementos do dolo. Dolo no CP. Espécies de dolo (direto, indireto e alternativo; de dano e perigo, geral, genérico; específico). Tipo subjetivo e elementos subjetivos do tipo. Crime culposos: Conceito de culpa. Elementos do crime culposos (conduta, dever objetivo de cuidado, resultado, previsibilidade e tipicidade). Modalidades de culpa (imprudência, negligência e imperícia). Espécies de culpa (consciente e inconsciente). Culpa e dolo eventual. Excepcionalidade do crime culposos. Erro de tipo. Erro sobre a pessoa. Erro sobre o objeto. Erro na execução da ação. Erro no direito penal: Espécies. Efeitos jurídicos que produzem. Súmulas em matéria penal do STF e do STJ.
4	Antijuridicidade. Concepções doutrinárias formal, material e unitária. Antijuridicidade e tipicidade. Antijuridicidade e culpabilidade. Causas legais e supralegais de sua exclusão. Estado de necessidade: Definição. Requisitos. Elemento subjetivo. Dever legal de enfrentar o perigo. Excesso. Estado de necessidade putativo. Legítima defesa: Conceito e fundamentos. Bens passíveis de proteção. Requisitos. Elemento subjetivo. Excesso. Erro na execução da defesa. Legítima defesa recíproca. Provocação e desafio. Legítima defesa entre garantes. Legítima defesa putativa. Legítima defesa e estado de necessidade. Estrito cumprimento de dever legal: Significado. Requisitos. Elemento subjetivo. Excesso. Putativo. Exercício regular de direito. Significado. Ofendículos. Violência esportiva. Intervenções médicas e cirúrgicas. Excesso. Consentimento do ofendido: Significado. Efeitos na tipicidade e na antijuridicidade. Requisitos recomendados pela doutrina. Excesso. Súmulas em matéria penal do STF e do STJ.
5	Culpabilidade: Teorias psicológica, psicológica-normativa e normativa pura. Culpabilidade e aplicação da pena. Causas legais e supralegais de sua exclusão. Imputabilidade penal: Sistemas e conceito. Inimputabilidade e suas causas determinantes. Semiimputabilidade ou culpabilidade diminuída. A emoção e a paixão. <i>Actio libera in causa</i> . Embriaguez. Emoção ou paixão e aplicação da pena. Menoridade no direito penal. Erro de proibição: Significado. Ausência de conhecimento da ilicitude e ignorância da lei. Possibilidade de conhecimento da ilicitude do fato. Teorias do dolo e da culpabilidade. Erro de proibição direto, indireto e mandamental. Erro de tipo e erro de proibição. Erro de tipo permissivo. Erro provocado nas descriminantes putativas. Inexigibilidade de conduta diversa: Significado. A exigibilidade de obediência ao direito. Coação irresistível, obediência hierárquica, objeções da consciência e desobediência civil. Inexigibilidade como causa autônoma supralegal de exclusão da culpabilidade. Súmulas em matéria penal do STF e do STJ.
6	Crime consumado e crime tentado: Conceitos. <i>Iter criminis</i> . Natureza e tipicidade da tentativa. Elementos, espécies, formas e fundamento da punibilidade da tentativa. Desistência voluntária. Arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Crime impossível, putativo e provocado. Concurso de pessoas: Autoria e participação, conceitos, teorias e requisitos. Coautoría. Autoria mediata. Autoria colateral. Participação de menor importância e cooperação dolosamente distinta. Concurso de pessoas em crime culposos. Concurso de pessoas em crime omissivo. Teoria do domínio do fato. Circunstâncias comunicáveis. Participação impunível. Súmulas em matéria penal do STF e do STJ.
7	Penas: Privativas de liberdade e seus respectivos regimes. Restritivas de direitos e suas espécies. Pecuniárias. Transação penal e suspensão condicional do processo. Concurso de crimes: Espécies (concurso material e formal). Crime continuado (definição; natureza jurídica; teorias e requisitos). Dosimetria da pena no concurso de crimes. <i>Aberratio ictus</i> e <i>Aberratio criminis</i> . Punibilidade: Causas extintivas (morte do agente; anistia, graça e indulto; abolitio criminis; prescrição, decadência e perempção; renúncia e perdão; retratação do agente; casamento do agente com a vítima; casamento da vítima com terceiro; perdão judicial). Escusas absolutórias e condições objetivas de punibilidade. Súmulas em matéria penal do STF e do STJ.
8	Crimes contra a pessoa (arts. 121 a 154-B do CP e Lei nº 2.889/56 e alterações). Súmulas em matéria penal do STF e do STJ.
9	Crimes contra o patrimônio (arts. 155 a 183 do CP). Súmulas em matéria penal do STF e do STJ.
10	Crimes contra a dignidade sexual (arts. 213 a 234-B do CP). Súmulas em matéria penal do STF e do STJ.
11	Crimes contra a família (arts. 235 a 249 do CP). Súmulas em matéria penal do STF e do STJ.
12	Crimes contra a incolumidade pública (arts. 250 a 285 do CP). Súmulas em matéria penal do STF e do STJ.
13	Crimes contra a paz pública (arts. 286 a 288-A do CP). Crimes contra fé pública (arts. 289 a 311-A do CP). Súmulas em matéria penal do

	STF e do STJ.
14	Crimes contra a administração pública (arts. 312 a 359-H do CP). Súmulas em matéria penal do STF e do STJ.
15	Crimes de abuso de autoridade (Lei n.º 4.898/65 e alterações). Súmulas em matéria penal do STF e do STJ.
16	Crimes de drogas (Lei n.º 11.343/2006 e alterações). Súmulas em matéria penal do STF e do STJ.
17	Crimes hediondos (Lei n.º 8.072/90 e alterações). Súmulas em matéria penal do STF e do STJ.
18	Violência doméstica (Lei n.º 11.340/2006 e alterações). Súmulas em matéria penal do STF e do STJ.
19	Crimes eleitorais (Leis n.º 4.737/65 e n.º 6.091/74 e alterações). Súmulas em matéria penal do STF e do STJ.
20	Crimes contra as ordens tributária e econômica e contra as relações de consumo (Leis n.º 8.078/90, n.º 8.137/90 e n.º 8.176/91 e alterações). Súmulas em matéria penal do STF e do STJ.
21	Crimes de trânsito (Lei n.º 9.503/97 e alterações). Súmulas em matéria penal do STF e do STJ.
22	Crimes ambientais (Leis n.º 9.605/98 e n.º 11.105/2005 e alterações). Súmulas em matéria penal do STF e do STJ.
23	Estatuto do desarmamento (Lei n.º 10.826/2003 e alterações). Súmulas em matéria penal do STF e do STJ.
24	Crimes resultantes de preconceito de raça ou cor (Lei n.º 7.716/89 e alterações). Súmulas em matéria penal do STF e do STJ.
25	Crimes de lavagem de dinheiro (Lei n.º 9.613/98 e alterações). Súmulas em matéria penal do STF e do STJ.
26	Crimes de tortura (Lei n.º 9.455/97 e alterações). Súmulas em matéria penal do STF e do STJ.
27	Crime organizado (Lei n.º 12.850/2013) e a Convenção de Palermo (Decreto n.º 5.015/04). Súmulas em matéria penal do STF e do STJ.
28	Crimes contra crianças e adolescentes (Lei n.º 8.069/90 e alterações). Súmulas em matéria penal do STF e do STJ.
29	Crimes contra os idosos (Lei n.º 10.741/2003 e alterações). Súmulas em matéria penal do STF e do STJ.
30	Crimes de agentes políticos municipais (Decreto-Lei n.º 201/67 e alterações). Súmulas em matéria penal do STF e do STJ.
31	Crimes licitatórios (Lei n.º 8.666/93 e alterações). Súmulas em matéria penal do STF e do STJ.

b) DIREITO PROCESSUAL PENAL:

Ponto	Conteúdo
1	Princípios gerais do processo: Princípios processuais constitucionais e princípios do processo penal <i>stricto sensu</i> .
2	Sistemas Processuais Penais.
3	Aplicação, interpretação e integração da lei processual penal. A lei processual no tempo: eficácia, princípios, <i>vacatio legis</i> , revogação, abrogação e derrogação. A Lei processual no espaço: Eficácia, princípios, exceções ao princípio da territorialidade. Fontes do direito processual penal. As imunidades: material, processual, diplomática, parlamentar e prisional.
4	Persecução criminal. O Inquérito Policial: natureza, características, destinatário, finalidade, formas de início, critérios na produção de provas no inquérito, valor probatório, vícios, prazos e conclusão. A incomunicabilidade e o sigilo no sistema atual. Arquivamento do inquérito policial. O procedimento policial nos juizados especiais criminais. O procedimento policial aplicável ao ato infracional praticado por adolescente.
5	Participação do Ministério Público no curso do inquérito e investigações criminais presididas pelo Promotor de Justiça.
6	Ação penal: características, espécies, princípios e prazos. Condições da ação e pressupostos processuais. Ação penal pública incondicionada e condicionada; ação penal privada; ação penal privada subsidiária da pública.
7	Jurisdição e competência. Princípios e características da jurisdição. Competências absolutas e competências relativas. Critérios para definição da competência: o lugar da infração, domicílio do réu, natureza da infração, distribuição e prevenção. A prerrogativa de função. A prorrogação da competência. A delegação. Conexão e continência: casos, regras aplicáveis e hipóteses de separação dos processos. A <i>perpetuatiojurisdictionis</i> .
8	A denúncia e a queixa-crime: requisitos formais, aditamento, não recebimento e rejeição. Causas extintivas da punibilidade impeditivas ou extintivas da ação penal. Peculiaridades e institutos próprios das ações penais privada e pública condicionada. Ação penal em crimes falimentares, de abuso de autoridade, de imprensa, contra honra, praticados por funcionários públicos, contra a propriedade imaterial e contra a ordem tributária.
9	Prova penal. Sistemas de apreciação. Princípios gerais de obtenção e produção da prova. Ônus da prova. Fases do procedimento probante. Prova emprestada. Provas ilegais: provas ilegítimas, provas ilícitas e provas ilícitas por derivação.
10	Provas em espécie: perícias em geral e o exame de corpo de delito, interrogatório, confissão, declarações do ofendido, testemunhas, reconhecimentos, acareações, indícios e presunções, documentos e busca e apreensão. Interceptação telefônica.
11	Questões e processos incidentes: Questões prejudiciais penais e extrapenais. Exceções: incompetência, litispendência, ilegitimidade de parte, suspeição e coisa julgada. Incompatibilidades e impedimentos. Conflito de jurisdição e conflito de atribuições. Restituição de coisas apreendidas: pedido e incidente. Medidas assecuratórias. Incidente de insanidade mental. Incidente de falsidade documental.
12	Sujeitos processuais. O Juiz: condução do processo, o impulso oficial e o poder de polícia. Hipóteses e consequências do impedimento e da suspeição. O Ministério Público: funções no processo como parte e como fiscal. Estrutura. A independência funcional e a postura institucional. Os impedimentos e a suspeição. Acusado e seu defensor: citações, intimações, notificações, resposta e obrigatoriedade de comparecimento aos atos. Garantias legais e constitucionais do acusado. A autodefesa. Delação premiada. Curador. Assistente de acusação: legitimidade e oportunidade. O assistente habilitado e o não habilitado: faculdades processuais. Posição do Ministério Público diante do ingresso do assistente. Funcionários da Justiça. Peritos e intérpretes: disciplina, nomeação, recusa, suspeição e impedimentos.
13	Prisão e liberdade provisórias. A prisão provisória: prisão em flagrante, prisão preventiva, prisão temporária, prisão decorrente da pronúncia e da sentença condenatória recorrível. Prisão especial. O ofendido. Posição do Ministério Público ao requerer ou manifestar-se sobre a prisão provisória. Disciplina nas Leis 8.072/90 e 9.034/95, com suas respectivas alterações posteriores. Liberdade provisória: espécies e requisitos. A fiança: admissibilidade, inadmissibilidade e institutos. O Ministério Público diante do pedido de liberdade.
14	Procedimentos: espécies de procedimento. Procedimento Comum: ordinário, sumário e sumaríssimo. Tribunal do Júri: Procedimento de apuração dos crimes dolosos contra a vida. <i>Judicium acusationese judicium causae</i> . A pronúncia: natureza jurídica, coisa julgada, conteúdo, efeitos, intimação e a pronúncia nos crimes conexos. A impronúncia: fundamentos e renovação do processo. A desclassificação. A absolvição sumária: fundamentos, absolvição sumária própria e imprópria e absolvição sumária na hipótese de crimes conexos. O julgamento pelo júri: formalidades, atuação do Ministério Público em plenário e quesitação.
15	Sentença penal. Requisitos formais. O pedido de declaração. A <i>emendatiolibelli</i> e a <i>mutatiolibelli</i> . A sentença condenatória: fundamentação, aplicação da pena e efeitos penais e extrapenais. A sentença absolutória: fundamentos e efeitos. A absolvição imprópria. Publicação. Intimação da sentença. A reabilitação criminal: requisitos, procedimento, efeitos e revogação.
16	Procedimentos especiais: procedimento dos crimes praticados por funcionário público, procedimento dos crimes contra a honra e procedimento dos crimes contra a propriedade imaterial. Procedimento de apuração dos crimes falimentares, procedimento no crime de abuso de autoridade, procedimento de apuração dos crimes de imprensa e procedimento de apuração dos crimes de drogas. Procedimento para infrações penais que caracterizem violência doméstica ou familiar contra a mulher. Procedimento nos delitos de trânsito. Procedimento aplicável nas hipóteses de foro privilegiado (Leis 8.038/90 e 8.658/93). Procedimentos relativos às interceptações telefônicas, organizações criminosas, idosos e quebra de sigilo bancário e fiscal. Aplicação. Normas pertinentes, atos chamatórios (citações e intimações) e peculiaridades de cada rito. Procedimento dos Juizados Especiais Criminais (Leis n.º 9.099/95 e 10.259/01). O juízo comum: hipóteses de remessa dos autos do juizado especial criminal para o juízo comum e a desclassificação, no juízo comum, para infração de menor potencial ofensivo. Sistema recursal nos Juizados Especiais Criminais.

17	Nulidades. Vícios processuais. A inexistência. A irregularidade. As nulidades em geral: nulidades absolutas e relativas. Princípios e sistemas. Nulidade por incompetência do juízo. A suspeição e o impedimento. Vícios no inquérito policial e consequências decorrentes. A ilegitimidade de parte. Nulidades em razão da falta de atos ou peças processuais. Inobservância de formalidades essenciais dos atos processuais. Declaração judicial das nulidades em primeiro e em segundo grau.
18	Recursos em geral: Pressupostos. Espécies. O recurso <i>ex officio</i> : hipóteses, consequências da adoção e da não adoção. Fatos impeditivos e extintivos dos recursos. A prelibação e a delibação. A <i>reformatio in pejus</i> direta e indireta e a <i>reformatio in melius</i> . Efeitos devolutivo, regressivo, translativo, extensivo dos recursos. O princípio da fungibilidade recursal e o princípio da convação.
19	Recursos em espécie: Recurso em sentido estrito, apelação, embargos declaratórios, embargos infringentes e de nulidade, a carta testemunhável. Recursos constitucionais: recurso extraordinário, recurso especial, recurso ordinário constitucional. A admissão: cabimento, tempestividade, forma, interesse e legitimidade. A inadmissão: consequências e recurso cabível. Competência para o julgamento.
20	Ações autônomas de impugnação. Habeas corpus, mandado de segurança criminal e a revisão criminal: natureza jurídica, cabimento, oportunidade, forma, interesse e legitimidade. Competência para julgamento. A decisão e seus efeitos. A correção parcial: regulamentação estadual e cabimento.

GRUPO II

e) DIREITO CIVIL

Ponto	Conteúdo
1	Parte Geral. Sistema de normas jurídicas de direito privado. Princípios. Constitucionalização normativa do direito privado.
2	Teoria do fato jurídico. Plano de existência jurídica. Plano de validade jurídica. Plano de eficácia jurídica. Conceito de fato jurídico. Classificação dos fatos jurídicos. Fatos lícitos. Fato jurídico <i>stricto sensu</i> . Fato jurídico <i>lato sensu</i> . Ato-fato jurídico. Ato jurídico <i>stricto sensu</i> . Ato jurídico <i>lato sensu</i> . Negócio jurídico. Atos ilícitos.
3	As pessoas. Pessoa natural. Personalidade. Capacidade. Estado. Ausência. Pessoa jurídica. Personificação da pessoa jurídica. Apresentação. Desconsideração da personalidade jurídica. Tipos de pessoas jurídicas de direito privado. Associações. Fundações.
4	Prescrição e decadência.
5	Direito das obrigações. Conceito de relação obrigacional. Obrigação como processo. Estrutura da relação obrigacional.
6	Princípios gerais da relação obrigacional.
7	Fontes das obrigações.
8	Efeitos das obrigações
9	Modalidades das obrigações.
10	Transmissão das obrigações.
11	Adimplemento e extinção das obrigações.
12	Extinção das obrigações pelo pagamento direto. Conceito de pagamento. Natureza jurídica. Condições subjetivas e objetivas do pagamento. Objeto e prova do pagamento.
13	Pagamento indireto e extinção da obrigação sem pagamento. Em consignação. Sub-rogação. Imputação do pagamento. Dação em pagamento. Novação. Compensação. Confusão. Remissão das dívidas.
14	Inadimplemento absoluto e relativo. Efeitos. Mora. Violação positiva do contrato. Perdas e danos. Juros. Cláusula penal. Arras ou sinal.
15	Contratos. Teoria geral dos contratos. Função social dos contratos. Princípios gerais dos contratos. Classificação dos contratos. Formação e extinção dos contratos. Revisão dos contratos.
16	Espécies de Contrato.
17	Atos unilaterais. Promessa de recompensa. Gestão de negócios. Pagamento indevido. Enriquecimento sem causa.
18	Responsabilidade Civil. Conceito. Fontes geradoras do dever de indenizar. Ato ilícito.
19	Teorias que fundamentam o dever de indenizar: subjetiva e objetiva.
20	Espécies de responsabilidade civil: contratual e extracontratual ou aquiliana.
21	Indenização.
22	Direito das coisas. Teoria geral dos direitos reais. Conceituação e taxinomia dos direitos reais. A constitucionalização dos direitos reais. Sequela. Preferência. Distinção entre direitos reais e demais direitos patrimoniais.
23	Classificação e enumeração dos direitos reais. Posse. Distinção entre detenção, posse e propriedade. Aquisição, perda e classificação da posse. Efeitos da posse. Composse. Direito aos interditos possessórios. Direito aos frutos e benfeitorias, indenização e retenção. Propriedade. Descrição. Histórico da propriedade, bem como sua funcionalidade social. Sujeitos e objeto do direito de propriedade. Modalidades de propriedades. Propriedade perpétua e resolúvel. Propriedade mobiliária e imobiliária. Limitações ao direito de propriedade. Aquisição da propriedade móvel e imóvel. Registro imobiliário.
24	Usucapião. Espécies. Ordinário. Extraordinário. Urbano. Coletivo Individual. Rural.
25	Direito de Família. A família na sociedade brasileira. Princípios. Normas constitucionais.
26	Casamento. Conceito. Natureza. Características. Capacidade. Impedimentos. Causas suspensivas. Processo de habilitação. Celebração. Provas. Invalidez. Causas de anulação e nulidade. Eficácia. Efeitos do casamento. Direitos e obrigações dos cônjuges.
27	Filiação. Registral, Biológica e Socioafetiva. Reconhecimento dos filhos. Investigação de paternidade.
28	Adoção.
29	Regimes de bens entre os cônjuges. Usufruto e administração dos bens de filhos menores.
30	Alimentos. Alimentos gravídicos.
31	Bem de família.
32	União estável.
33	Tutela e curatela.
34	Separação e divórcio.
35	Direito das sucessões. Conceito e conteúdo. Sucessão a título universal e sucessão a título singular. Formas de suceder: abertura da sucessão. Administração da herança. Vocações hereditárias.
36	Transmissão da herança. Aceitação e renúncia. Cessão da herança.
37	Exclusão da sucessão. Indignidade.
38	Herança jacente. Conceito e natureza jurídica. Vacância. Arrecadação dos bens vagos.
39	Sucessão legítima. Ordem da vocação hereditária. Herdeiros necessários. Direito de representação.
40	Sucessão testamentária. Liberdade de testar. Limitações. Capacidade testamentária.
41	Testamento e codicilo. Formas ordinárias e especiais de testamento. Legados. Direito de crescer entre herdeiros e legatários. Capacidade para adquirir por testamento. Herança necessária. Redução das disposições testamentárias. Deserdção. Substituições.

	Execução do testamento. Revogação do testamento. Rompimento do testamento. Testamenteiro.
42	Inventário e partilha: Inventário Judicial e Extrajudicial. Inventariante. Colação. Pagamento das dívidas. Partilha. Arrolamento. Quinhões hereditários. Sonegados.

d) DIREITO PROCESSUAL CIVIL:

Ponto	Conteúdo
1	Da competência interna. Da competência. Disposições gerais. Da modificação da competência. Da Incompetência. Da cooperação nacional.
2	Dos sujeitos do processo. Da gratuidade da justiça. Dos Procuradores. Da sucessão das partes e dos procuradores. Do litisconsórcio. Da intervenção de terceiros. Da Assistência. Disposições comuns. Da assistência simples. Da assistência litisconsorcial. Da denúncia da lide. Do chamamento ao processo. Do Incidente de desconsideração da personalidade jurídica. Do <i>amicuscuriae</i> . Do juiz e dos auxiliares da justiça. Dos poderes, dos deveres e da responsabilidade do juiz. Dos impedimentos e da suspeição. Do Ministério Público. Da Advocacia Pública. Da Defensoria Pública.
3	Da forma, do tempo e do lugar dos atos processuais. Forma dos atos processuais. Dos atos em geral. Dos atos das partes. Dos pronunciamentos do juiz. Do tempo e do lugar dos atos processuais. Do tempo. Do Lugar. Dos Prazos. Disposições gerais. Da comunicação dos atos processuais. Disposições gerais. Da citação. Das cartas. Das intimações.
4	Das nulidades. Da distribuição e do registro. Do valor da causa. Da tutela provisória. Disposições gerais. Da tutela de urgência. Disposições gerais. Do procedimento da tutela antecipada requerida em caráter antecedente. Do procedimento da tutela cautelar requerida em caráter antecedente. Da tutela da evidência.
5	Do procedimento comum. Disposições gerais. Da petição inicial. Dos requisitos da petição inicial. Do pedido. Do indeferimento da petição inicial. Improcedência liminar do pedido.
6	Do procedimento comum. Da audiência de conciliação ou de mediação. Da contestação. Da reconvenção. Da revelia.
7	Do procedimento comum. Das providências preliminares e do saneamento. Da não incidência dos efeitos da revelia. Do fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Das alegações do réu. Do julgamento conforme o estado do processo. Da extinção do processo. Do julgamento antecipado do mérito. Do julgamento antecipado parcial do mérito. Do saneamento e da organização do processo.
8	Do procedimento comum. Da audiência de instrução e julgamento. Das provas. Disposições gerais.
9	Da sentença e da coisa julgada. Disposições gerais. Dos elementos e dos efeitos da sentença. Da remessa necessária. Do julgamento das ações relativas às prestações de fazer, de não fazer e de entregar coisa. Da coisa julgada.
10	Das ações possessórias. Disposições gerais. Da manutenção e da reintegração de posse. Do interdito proibitório.
11	Do inventário e da partilha. Disposições gerais. Da legitimidade para requerer o inventário. Do inventariante e das primeiras declarações. Das citações e das impugnações. Da avaliação e do cálculo do imposto. Das colações. Do pagamento das dívidas. Da partilha. Do arrolamento. Disposições comuns a todas as seções.
12	Dos embargos de terceiro.
13	Da Interdição
14	Disposições gerais da Ordem dos Processos e dos Processos de Competência Originária dos Tribunais. Da ordem dos processos no tribunal.
15	Dos processos de competência originária dos tribunais. Do incidente de assunção de competência. Do incidente de arguição de inconstitucionalidade. Do conflito de competência. Da homologação de decisão estrangeira e da concessão do exequatur à carta rogatória.
16	Da Ação Rescisória.
17	Do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas.
18	Da Reclamação.
19	Dos Recursos. Disposições gerais.
20	Da apelação. Do agravo de instrumento. Do agravo interno. Dos embargos de declaração.
21	Dos recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça. Do recurso ordinário. Do recurso extraordinário e do recurso especial. Disposições gerais. Do julgamento dos recursos extraordinário e especial repetitivos. Do agravo em recurso especial e em recurso extraordinário. Dos embargos de divergência.
22	Do mandato de segurança individual e coletivo (Lei nº 12.016 de 07 de agosto de 2009, com as alterações posteriores).
23	Da ação popular (Lei n. 4.717, de 29 de junho de 1965, com as alterações posteriores).
24	Da ação civil pública (Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985, com as alterações posteriores). Das ações coletivas (Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990, com as alterações posteriores).
25	Da atuação extrajudicial do Ministério Público. Do inquérito civil. Natureza jurídica e principais características. Formas de instauração. Procedimento. Diligências investigatórias. Notificações. Requisições. Crime. Sigilo. Crime do art. 10 da Lei n. 7.347/85. Valoração judicial da prova coletada no inquérito civil e peças de informação. Arquivamento do inquérito civil e das peças de informação. Papel do Conselho Superior do Ministério Público. Compromisso de ajustamento de conduta. Legitimação para celebrar. Conteúdo e limites do compromisso de ajustamento. Efeitos de sua celebração para o expediente investigatório do Ministério Público. Efeitos para outros legitimados. Execução judicial do compromisso de ajustamento de conduta descumprido.

GRUPO III:

e) DIREITO CONSTITUCIONAL

Ponto	Conteúdo
1	Constituição e Direito Constitucional. Conceitos de Constituição e noções gerais. Ciclos constitucionais, classificação das Constituições. Divisão do Direito Constitucional. Relação do Direito Constitucional com outras disciplinas jurídicas. Fontes do Direito Constitucional. Mudança constitucional. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Poder Constituinte. Poder estatal e poder constituinte. Espécies de poder constituinte. Poder constituinte e revolução.
2	Evolução histórica das constituições brasileiras. Princípios fundamentais da República. Fundamentos, poderes, objetivos, princípios. Princípio da separação dos poderes. Organização dos Poderes
3	Controle de constitucionalidade das leis e Constitucionalismo. Jurisdição constitucional. Supremacia e força normativa da Constituição. Controle político e controle jurisdicional. Doutrina das questões políticas. Tipos de controle de constitucionalidade no direito brasileiro. Espécies de controle de constitucionalidade no direito brasileiro. Ações declaratórias de inconstitucionalidade e constitucionalidade. Ação de inconstitucionalidade por omissão. Ação interventiva e ação de descumprimento de preceito fundamental. Arguição de inconstitucionalidade. Súmula com efeito vinculante.
4	Normas constitucionais. Eficácia e aplicabilidade. Interpretação constitucional. Interpretação e construção. A doutrina dos poderes implícitos. Preâmbulo das Constituições. Emendas constitucionais
5	Princípios fundamentais. Direitos e garantias fundamentais. Teoria geral dos direitos fundamentais. Direitos individuais e coletivos. Direitos econômicos e sociais. Direitos de solidariedade. Efetividade e funcionalidade dos direitos fundamentais. Espécies de direitos

	fundamentais. Perspectivas subjetiva e objetiva dos direitos fundamentais. Sujeitos dos direitos fundamentais. Limites e restrições aos direitos fundamentais. Proibição de retrocesso social. Direitos Humanos. Tratados internacionais protetivos.
6	Garantias e remédios constitucionais. Direito de petição e certidão. Habeas corpus. Habeas data. Mandado de segurança individual e coletivo. Mandado de injunção. Ação popular. Ação civil pública. Lei Federal n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).
7	Nacionalidade e cidadania. Aquisição, perda e reconhecimento da nacionalidade. Espécies. Condição jurídica do estrangeiro. Direitos políticos ativos e negativos. Inelegibilidades. Partidos políticos. Direitos políticos. Direitos positivos e negativos. Direito ao sufrágio, ao voto e ao escrutínio. Plebiscito e referendo. Elegibilidade e inelegibilidades. Perda e suspensão dos direitos políticos.
8	Bases constitucionais da administração pública. Princípios constitucionais aplicáveis. Lei Federal n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) Organização do Estado. Estado federal. Organização, competências, autonomia e limitações da União, Estados-Membros, Distrito Federal, Territórios e Municípios. Administração Pública. Servidores. Governo representativo. Sistema presidencial e parlamentar
9	Poder Legislativo: estrutura, funcionamento e atribuições. Composição e organização. Competências. Comissões parlamentares de inquérito. Imunidades parlamentares. Processo legislativo. Espécies normativas.
10	Poder Executivo. Organização. Atribuições e responsabilização política. Chefias de Estado, Governo e Administração. Crimes de responsabilidade e impeachment.
11	Poder Judiciário. Órgãos, garantias e competências. Tribunal de Contas. Poderes, funções e competências. Intervenção: fundamentos, espécies e hipóteses. Competência, requisitos. Controles político e jurisdicional. Conselho Nacional da Justiça.
12	Ministério Público. Perfil constitucional do Ministério Público. Garantias, prerrogativas e funções institucionais do Ministério Público. Conselho Nacional do Ministério Público.
13	Da defesa do Estado e das instituições democráticas. Segurança pública.
14	Tributação e orçamento. Ordem econômica e financeira
15	Ordem social. Segurança social. Educação, cultura e desporto. Ciência e tecnologia. Comunicação social. Família: criança, adolescente, jovem, idoso. Os índios.
16	A Constituição do Estado de Rondônia e suas disposições.

f) DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ponto	Conteúdo
1	Criança e Adolescente. Antecedentes históricos. A inserção constitucional.
2	Os direitos fundamentais da criança e do adolescente
3	Direito à Educação (CF, ECA, Lei nº 9.394, de 20/12/1996). O <i>bullying</i> .
4	Família natural, extensa ou ampliada. Guarda. Tutela e Adoção.
5	Prevenção. Disposições Gerais. Da prevenção Especial.
6	Da Política de Atendimento. Disposições gerais. Linhas de ação e diretrizes. Municipalização e Descentralização. Participação da cidadania e conselhos de direitos.
7	As entidades de programas de atendimento. Fiscalização das entidades de atendimento.
8	Medidas de Proteção. Disposições gerais. Das medidas específicas de proteção.
9	Prática do ato infracional. Direitos Individuais. Garantias processuais. Medidas socioeducativas. Remissão.
10	Medidas pertinentes aos pais ou responsável
11	Conselho Tutelar. Disposições gerais. Atribuições. Competência. Escolha dos conselheiros e impedimentos
12	A questão socioeducativa. Conceito e tempo do ato infracional. Inimputabilidade.
13	Do Acesso à Justiça. Disposições gerais. A Justiça da Infância e Juventude. Generalidades. Do juiz. Competência e serviços auxiliares.
14	Procedimentos. Disposições gerais. Procedimento de Suspensão e Destituição do Poder Familiar. Destituição da Tutela.
15	Procedimento de Colocação e Família Substituta.
16	Procedimento para apuração de ato infracional praticado por adolescente.
17	Procedimento de apuração de irregularidade em entidade de atendimento. Apuração de Infração Administrativa às Normas de Proteção à Criança e ao Adolescente.
18	Os recursos. O Ministério Público. O advogado.
19	SINASE - Lei nº 12.594/2012.
20	A proteção judicial dos interesses individuais, difusos e coletivos da criança e do adolescente.

Porto Velho, 03 de maio de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **Airton Pedro Marin Filho, Procurador-Geral de Justiça**, em 03/05/2018, às 11:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mpro.mp.br/verifica.php> informando o código verificador **0094928** e o código CRC **377509FC**.

